

# **PFL garante apenas quorum**

Depois de reuniões que se prolongaram pelo dia inteiro, numa tentativa infatigável de tentar reverter a tendência de rejeição, pelo Senado, do parecer da Comissão de Constituição e Justiça que resultaria na supressão da expressão "sem prejuízo de suas atribuições constitucionais" do texto de convocação da Constituinte, a bancada do PFL entrou em plenário, às 20h30, com o único compromisso de dar número para a votação. Permanecia, desta forma, a tendência de rejeição do parecer, o que devolveria à Câmara a necessidade de reunir dois terços de votos para a retirada da expressão.

A "fórmula mágica" aparentemente havia surgido por volta das 16 horas, através de uma nota assinada pelas lideranças do PFL e do PMDB em ambas as Casas assegurando que a retirada da expressão não alteraria em nada o teor da convocação nem traria prejuízos, conforme se dizia, aos senadores eleitos em 1982. A portas fechadas, reuniram-se com o presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, o senador Jorge Bornhausen, presidente do PFL, os líderes do partido na Câmara e no Senado, José Lourenço e Carlos Chiarelli, e os líderes do PMDB, Humberto Lucena (Senado) e Pimenta da Veiga (Câmara).

"Redigiu-se uma nota — explicou o senador Chiarelli — onde se explica que a retirada da expressão se resume a uma correção de texto, apesar de ter provocado tantas celeumas. Com isso, fica esclarecido que os senadores eleitos em 1982 participarão da mesma forma e, em resumo, que nada será alterado".

O poder de persuasão da nota estaria no fato de que ela ficaria acoplada à emenda, "de modo que, quando surgisse dúvida, se pudesse recorrer a ela", explicou Chiarelli, enfatizando que isto estaria em harmonia com o princípio de se incluir no texto de lei a "intenção do legislador". Mas não deu certo: quando o parecer começou a ser votado, os senadores se retiraram e por volta das 17h30 a sessão foi suspensa por falta de quorum.

Durante mais de duas horas, em reunião que então teve início no gabinete do senador Guilherme Palmeira (PFL-AL), o 1º vice-presidente do Senado, Jorge Bornhausen tentou convencer, um a um, os senadores a votarem o parecer.